

---

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 3/2009/A de 14 de  
Janeiro de 2009

---

**Comissões especializadas permanentes**

Na sequência da eleição para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de 19 de Outubro de 2008 — primeira no quadro da actual lei eleitoral — importa fixar o elenco e composição das comissões especializadas permanentes da Assembleia Legislativa.

De acordo com os artigos 35.º e 41.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o elenco, as matérias de competência e a composição das comissões especializadas permanentes são fixados por resolução da Assembleia Legislativa. Nos termos dos mesmos artigos, o número das comissões especializadas permanentes não pode ser inferior a quatro e a respectiva composição, com um mínimo de 7 e um máximo de 11 deputados, deve corresponder às relações de voto dos partidos representados na Assembleia Legislativa.

Importa assim, por via da alteração ao Regimento da Assembleia Legislativa, assegurar a adequada proporcionalidade na composição das comissões, bem como a mais lata participação dos grupos e representações parlamentares em toda a actividade parlamentar.

Assim, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o seguinte:

## Artigo 1.º

### **Elenco das comissões**

O elenco das comissões especializadas permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, discriminado pela denominação e matérias de competência, é o seguinte:

*i)* Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho:

Assuntos constitucionais, estatutários e regimentais;  
Organização e funcionamento da Assembleia Legislativa;  
Comunicação social;  
Ordenamento do território;  
Ambiente;  
Trabalho e formação profissional;

*ii)* Comissão de Política Geral:

Administração pública, regional e local;  
Ordem pública e protecção civil;  
Comunidades açorianas;  
Construção europeia, sem prejuízo da competência, em razão da matéria, de outras comissões;  
Tratados e acordos internacionais;  
Habitação e equipamentos;  
Urbanismo;

*iii)* Comissão de Assuntos Sociais:

Educação;  
Cultura;  
Ciência e tecnologia;  
Saúde;  
Solidariedade e segurança social;  
Juventude;  
Desporto;

*iv)* Comissão de Economia:

Planeamento e estatística;  
Tesouro, contribuições e impostos;

Orçamento e contabilidade pública;  
Privatizações;  
Transportes;  
Agricultura;  
Pescas;  
Turismo;  
Comércio, indústria e energia;  
Desenvolvimento rural;  
Cooperativismo.

## Artigo 2.º

### **Composição das comissões**

1 — As comissões especializadas permanentes são compostas, cada uma, por 13 deputados, assim distribuídos:

- a) O Partido Socialista (PS), o Partido Social – Democrata (PSD) e o Partido Popular (CDS -PP) integram todas as comissões especializadas permanentes, indicando sete, quatro e um deputados, respectivamente, para cada comissão;
- b) O Bloco de Esquerda (BE) integra duas comissões especializadas permanentes, indicando um deputado para cada uma delas;
- c) O Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Popular Monárquico (PPM) integram, cada um, uma comissão especializada permanente.

2 — O Bloco de Esquerda (BE), o Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Popular Monárquico (PPM) escolhem as comissões especializadas permanentes que integram, em respeito pelo princípio da proporcionalidade, utilizando o método da média mais alta de Hondt, a começar pelo partido mais votado na eleição para a Assembleia Legislativa.

3 — O Bloco de Esquerda (BE), o Partido Comunista Português (PCP) e o Partido Popular Monárquico (PPM) podem ainda participar, cada um, em mais uma comissão especializada permanente, de sua livre escolha, sem direito a voto.

4 — A participação referida no número anterior será considerada como em serviço, para todos os legais efeitos.

## Artigo 3.º

### **Alteração à Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de Novembro**

1 — Os artigos 35.º e 45.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovado pela Resolução n.º 15/2003/A, de 26 de Novembro, passam a ter a seguinte redacção:

«Artigo 35.º

[...]

1 — A composição das comissões especializadas permanentes deve corresponder às relações de voto dos partidos representados na Assembleia, não podendo ser constituídas por menos de 7 nem por mais de 13 deputados.

2 — .....

3 — .....

4 — .....

#### Artigo 45.º

[...]

1 — A comissão permanente é presidida pelo Presidente da Assembleia e composta pelos Vice-Presidentes e por deputados indicados por todos os grupos e representações parlamentares, não podendo ser constituída por menos de um quarto nem por mais de metade dos deputados que compõem a Assembleia.

2 — Aplica -se à comissão permanente o disposto no n.º 4 do artigo 35.º e nos artigos 36.º e 37.º, bem como no n.º 3 do artigo 38.º, no que respeita à eleição do relator e do secretário da respectiva mesa.»

2 — A comissão permanente é composta por 25 deputados, sendo 13 do Partido Socialista (PS), 7 do Partido Social-Democrata, 2 do Partido Popular (CDS -PP), 1 do Bloco de Esquerda (BE), 1 do Partido Comunista Português (PCP) e 1 do Partido Popular Monárquico (PPM).

#### Artigo 4.º

#### **Entrada em vigor e produção de efeitos**

A presente resolução entra em vigor no dia seguinte à sua publicação e produz efeitos à data da sua aprovação.

Aprovada pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na Horta, em 12 de Dezembro de 2008.

O Presidente da Assembleia Legislativa, *Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral*.